



15

Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 10:** Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Jocelito Canto.

Republicado por ter saído com incorreção no D.A. n° 69, de 13.06.95

Onde se lê:

Deputado Walmor Trentini,

Leia-se:

Deputado José Maria Ferreira,

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 116/95

I - prover os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de fevereiro de 1995, conforme especifica:

DAS-2 - IVSON BARBOSA DA COSTA

DAS-5 - PATRÍCIA RODRIGUES SIMÕES

1-G - JOSÉ CAMARGO GUALBERTO

1-G - MÁRCIA VALÉRIA AMORIM MORAIS

1-G - ADOLPHINA DE CAMARGO DIAS

1-G - ANASTÁCIO PONFILO BRAGA

1-G - ALMERINDA DE PAULA VILELA

1-G - MARCELO FURRIER ROSA

1-G - ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO

1-G - AMADOR BORTOLETO

1-G - CLÁUDIO CEZAR DE MELLO NETO

1-G - JOSÉ FERREIRA MORAES

II - autorizar IVSON BARBOSA DA COSTA e PATRÍCIA RODRIGUES SIMÕES, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de fevereiro de 1995, de acordo com o artigo 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970..

(Prot. n° 1.204)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.02.95

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1° Secretário

NELSON GARCIA

2° Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosi-

nha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUER pedido de destaque para a Proposição de Veto n° 040/95, Veto apostado ao Projeto de Lei Complementar n° 144/95, de autoria do Deputado José Tavares, item 03 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 02.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 02.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada da Proposição de Veto n° 040/95, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar n° 144/95, de autoria do Deputado José Tavares, da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje por 10 Sessões.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 02.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Algaci Túlio

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendendo solicitação das Lideranças a Sessão Ordinária de amanhã, será feita pela manhã.

E não haverá apreciação de veto também na sessão de amanhã e não haverá sessão extraordinária.

Queremos que os Srs. Deputados, viagem tranquilos, uma boa Páscoa.

Sessão amanhã às 10 horas da manhã para que os Srs. Deputados, possam retornar aos seus lares no interior do Estado, com bastante chocolate.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, nem para o horário das Lideranças,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição de Veto nº 040/95, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 144/95, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, item 03 da Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Na Ordem das Proposições. Vai se proceder a votação da Proposição Única nº 40/95.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/95 veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 144/95 de autoria do Deputado José Tavares que altera o parágrafo único, do art. 5º, da Lei Complementar nº 10, de 21 de dezembro de 1980. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CIL/SEEG Nº 224/95

Curitiba, 30 de novembro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 220/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 144/95, por julgá-

-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 10, de 29 de dezembro de 1980, a fim de permitir a incorporação, em proventos de inatividade, das vantagens previstas no art. 172, incisos V e X, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua flagrante e indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos no art. 66, inciso II, combinados com o art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Governador do Estado, a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva". É oportuno lembrar que a pretendida medida é também ofensiva ao art. 61, § 1º, inciso II, letra c, da Magna Carta da Nação, cujo preceito de processo legislativo é reproduzido pelas Constituições dos Estados Federados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei Complementar nº 144/95, encontra-se publicado no D.A. nº 42, de 2.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL PROPOSIÇÃO Nº 040/95
PROJETO DE LEI Nº 144/95
AUTORIA - DEPUTADO JOSÉ TAVARES

P A R E C E R:

O projeto de lei complementar em tela, altera o Parágrafo Único, do Artigo 5º, da Lei Complementar nº 10, de 29.12.80.

Versa sobre a incorporação da vantagem prevista no Art. 172, incisos V e X, da Lei nº 6.174/70, aos proventos de inatividade das demais categorias de funcionários civis.

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 12.12.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Veto

Aposto ao Projeto Complementar n° 144/95, de autoria do Deputado José Tavares. O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permite, gostaria rapidamente de fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Permissão concedida.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Este Veto é de um projeto de nossa autoria. Ele, na realidade, não nos surpreendeu porque por ocasião da votação da matéria nesta Casa, eu já sentia que teríamos dificuldades de vê-lo sancionado pelo Senhor Governador. Todavia, gostaria de fazer um apelo e pedir a atenção dos colegas para o assunto de que trata esta matéria. É um assunto, a meu juízo, da maior relevância e de uma justeza extraordinária a um grupo de servidores do Estado do Paraná, mais especificamente aos servidores do Sistema Penitenciário do Paraná.

De vez em quando assistimos nas manchetes e nos telejornais deste país acontecimentos como aquele que está ocorrendo, lá no Estado de Goiás. E somente nestas horas é que a sociedade reflete sobre a gravidade que vive a questão penitenciária brasileira. É só neste momento, talvez chocado pelas imagens da Rede Globo, do SET, da Rede Manchete, da Rede Record ou da Rede Bandeirantes, é que somos chamados à reflexão para analisarmos uma questão, que é uma das mais sérias e preocupantes questões que temos hoje, neste país, que é a questão penitenciária.

Eu que tive a oportunidade de vivenciar isso internamente, diuturnamente, durante vários anos, mais especificamente durante a minha gestão, como Secretário de Justiça e posso avaliar a gravidade, a relevância, o significado da administração penitenciária do nosso Estado.

Por esta razão é que apresentei este projeto. O que é que versa este projeto? Ele visa atribuir aos funcionários do Sistema Penitenciário do Paraná, o direito de levar à aposentadoria, quando vier a se aposentar, a gratificação que recebe hoje por trabalhar dentro das penitenciárias do Paraná; é uma gratificação denominada de "gratificação de risco".

Seria uma espécie de gratificação por periculosidade. E que recebem, exatamente porque trabalham num serviço penoso, perigoso, difícil, insalubre, arriscado, inóspito e incompreendido por grande parte de nossos governantes e completamente ignorado por nossa sociedade.

Então, o que é que eu fiz? Lutei com as armas que disponho. Apresentei o projeto. Esta Casa sensibilizou-se pelo nosso projeto e o aprovou por unanimidade. Foi à sanção; foi vetado. E agora estamos aqui, diante de uma situação não muito inusitada, porque não é a primeira vez que isso acontece. Como votamos, quando da análise do projeto, ou seja, favoravelmente, ou nos posicionamos contra aquilo que nos colocamos favoravelmente há alguns meses atrás.

Portanto, colegas, peço a Vossas Excelências que reflitam sobre esta matéria. Evidentemente que compreendo a posição do Líder do Governo, Algaci Túlio. Compreendo a posição do Líder do PDT, Valdir Rossoni. Compreendo a posição dos Deputados que apóiam o Governo nesta Casa, mas gostaria que cada um de Vossas Excelências refletisse sobre estas palavras, que coloco aqui com a maior sinceridade do mundo, porque conheço profundamente as dificuldades, o drama da vida carcerária deste Estado. E nós, ainda que tenhamos o melhor sistema penitenciário do país, que é o nosso, exatamente porque dispomos de mecanismos como este, da gratificação de risco ou gratificação de zona, que os servidores do sistema penitenciário recebem.

Agora, quando ele se aposenta, quando ele mais vai precisar ter uma renda, um salário compatível com a sua condição de aposentado, ele perde esta gratificação que é expressiva, significativa na sua renda, no seu salário.

E nós, evidentemente, não podemos concordar com isso. Por isso que apresentei o projeto, por isso que Vossas Excelências se sensibilizaram e o aprovaram.

Agora, estamos diante de uma encruzilhada, estamos diante de uma situação - eu diria - extremamente difícil de nos posicionarmos diante desse Veto.

Eu, como autor da matéria, quero aqui reiterar o agradecimento a Vossas Exas. quando votaram a favor do projeto. E gostaria que refletissem, meditassem, analisassem da mesma forma como refletiram, analisaram o Veto ao Projeto do Deputado Ricardo Chab no dia de ontem, que criava a Delegacia de Apoio às Crianças Desaparecidas em nosso Estado. E evidentemente votassem contra o Veto, não numa demonstração de forças contra o Governador, que não é isso que queremos - não estamos aqui para medir forças com o Governador - estamos aqui, dentro do possível para fazer justiça com aqueles que merecem que a justiça seja feita.

E os funcionários do Sistema Penitenciário nesta hora, sem dúvida alguma serão justificados, porque estaremos em nome do povo do Paraná reconhecendo um direito sagrado de levar para a aposentadoria aquilo

que eles já recebem em atividade.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Concordamos plenamente com as posições colocadas pelo Deputado José Tavares quando fala do risco de vida desses funcionários diuturnamente dentro de uma Penitenciária, de um Órgão de Segurança do Estado.

Porém, sabe Vossa Excelência, que me somei com Vossa Excelência quando da preparação do projeto, sabendo que tínhamos o risco do Veto, em função de que a iniciativa não cabe ao Poder Legislativo e sim ao Poder Executivo.

Mas me comprometo com Vossa Excelência, me somo às suas palavras mais uma vez. Haveremos de encontrar uma solução. É justa, é sem dúvida alguma necessária que se faça alguma coisa para assegurar o direito desses servidores públicos, que além de não ganharem um salário compatível com o risco da função que exercem, ainda enfrentam a questão da insegurança.

Me comprometo com Vossa Excelência no sentido de que mantendo hoje este Veto vamos nos sentar com o Secretário do Governo, com o Secretário da Justiça que é um homem de uma grande visão, a exemplo de Vossa Excelência - que fez uma bela administração diante do Sistema Penitenciário - para encontrarmos uma saída, uma solução para este caso.

Peço aos Deputados, que entendendo este apelo que fez Vossa Excelência, mas entendendo da ilegalidade do projeto partindo desta Casa, e na proposta que faço aqui a Vossas Excelências, de nos sentarmos e encontrarmos uma saída. Vamos manter este Veto e depois analisar uma solução para esta situação.

Muito obrigado!

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -

Gostaria aqui, rapidamente, até porque fui procurado várias vezes por aposentados do Sistema Penitenciário e provoquei uma reunião com o Secretário da Justiça, até a título de comunicar ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, ele se colocou à disposição e está em entendimento inclusive com o projeto - palavra dele; há quase 60 aposentados que levei no seu gabinete numa tarde dessas.

Então, ele é favorável ao projeto. Acho que a questão agora é realmente como o Deputado Tavares colocou, é uma questão essencial, eles perdem muito em termos de salário quando se aposentam. E, Deputado Algaci Túlio, você conhece, o Deputado Tavares conhece, porque foi Secretário da Justiça. E até no sentido de apelar aos demais companheiros aqui na Assembléia.

Alguns aposentados, aqueles que trabalharam nos corredores das penitenciárias, eles hoje muitas vezes sofrem ameaças aqui fora, porque aquele que cumpriu a pena e que está em liberdade os reconhece. Então ele está em constante risco, e ele não leva para a sua aposentadoria esta gratificação por zona, a gratificação por risco.

Então, quero aqui me somar ao esforço do Deputado José Tavares, quero passar a informação ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que o secretário da Justiça garante e está ao lado inclusive desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Só

para concluir, deixo claro também ao Deputado Ricardo Chab, que a sensibilidade do Secretário da Justiça bate com o que colocamos aqui. Só que a questão do impedimento legal que tem a Assembléia de tomar a iniciativa do projeto, conversei agora com o Deputado José Tavares, diante dessa manifestação de V.Exa. e no acordo com o Deputado Tavares, peço ao Presidente da Mesa, Deputado Anibal Khury a retirada do projeto da Ordem do Dia, por 10 Sessões até que possamos encontrar um denominador para essa situação.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Gostaria de registrar a presença da Presidente da Câmara de Engenheiro Beltrão Almirinda Serafim Borges e do Vereador Luis Viana que se encontra aqui na Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os

Senhores Deputados que aprovam a retirada por 10 sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 sessões da Proposição de Veto nº 040/95, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 144/95.

Passamos à votação do veto.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/95, veto parcial ao Projeto de Lei nº 251/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/95 que objetiva estabelecer o disciplinamento legal para aposentadorias em que somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CIL/SEEG Nº 156/95

Curitiba, 25 de julho de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 107/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 251/95, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre adoção de critérios de proporcionalidade de tempo de serviço prestado em relação ao previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal, para a hipótese de aposentadoria voluntária de professor.

O veto parcial apostado incidu sobre o contido no parágrafo único do art. 1º, no parágrafo único do art. 6º e no art. 9º.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre da indiscutível inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, por serem originários de Emendas dessa augusta Assembléia Legislativa, ferem os mandamentos do art. 68, inciso I, da Carta Estadual, os quais vedam apresentação de emendas que impliquem aumento de despesas nos projetos de lei cujo início do processo legislativo seja de competência do Governador. Vale assinalar que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem nº 051/95, de 23 de junho de 1995, usando da atribuição que lhe é privativamente reservada pelo art. 66, inciso II, da Constituição Estadual.

Por outro lado, é importante esclarecer que a Procuradoria Geral do Estado, analisando a matéria emitiu o circunstanciado Parecer sob nº 142/95, cujos termos endosso, fazendo deles as razões fundamentais do veto ora apostado. Referido Parecer, além da inconstitucionalidade já demonstrada quanto à iniciativa legislativa, comum a todos os dispositivos vetados, encontrou outras agressões de tais emendas à Magna Carta e à Constituição Estadual. Disse aquela Procuradoria Geral, especificamente em relação ao parágrafo único do art. 1º que o mesmo padece de vício de inconstitucionalidade porque:

..."25 - O artigo 40, inciso III da Constituição Federal prevê as hipóteses de aposentadoria voluntária que cabem, em razão do tempo de serviço, e que são:

a) aposentadoria comum, aos 35 anos de serviço para homem e 30 para a mulher, com proventos integrais, podendo ser concedida proporcionalmente, se atingidos, respectivamente, 30 e 25 anos, e

b) aposentadoria especial, concedida a professores, com 30 anos de serviço, se homem, e 25 anos de serviço, se mulher,

sempre com proventos integrais.

26 - E este elenco de aposentadorias é taxativo, ou seja, não admite outros, é "númerus clausus".

27 - O parágrafo único ora em comento, se aceito, causaria a criação de um novo tipo de aposentadoria, misto de aposentadoria especial e aposentadoria comum por tempo de serviço.

28 - O dispositivo constitucional federal, repetido nos incisos do artigo 35 da Constituição do Paraná, prevê que o servidor público será aposentado com o tempo de serviço que exige, no caso de aposentadoria comum, sem considerar o tipo ou natureza do trabalho efetuado, ou melhor, qualquer que seja o trabalho executado.

29 - Já em relação aos professores, existe a redução do tempo de serviço exigido para a aposentadoria em virtude do maior desgaste que a atividade apresenta aos que a exercem. Ou seja, verificando-se o elemento teleológico, como método de interpretação, o benefício da aposentação especial tem uma finalidade, não constituindo simples benesse do constituinte para com a classe dos professores.

30 - A consideração básica a dar substrato lógico à conformação jurídica da aposentadoria com tempo reduzido aos professores é, de fato, o maior desgaste exigido pela atividade magisterial. A atividade de professor exige preparo intelectual, físico e psicológico (correção de provas, preparação de aulas, enfrentamento de turmas), exigindo maior esforço no seu desempenho por parte do mestre, e cuja situação foi reconhecida pelo constituinte, que decidiu diminuir o tempo exigido constitucionalmente para a aposentação. Neste sentido é a argumentação norteadora da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que procedeu à interpretação da expressão constitucional "efetivo exercício de magistério".

31 - A se aceitar a sanção deste dispositivo, a limitação "efetivo exercício de magistério" seria eliminada de fato do texto constitucional, pois qualquer tipo de serviço poderia ser convertido em "efetivo exercício de magistério".

32 - A norma constitucional, em boa hora, exigiu (como interpretou o Supremo Tribunal Federal - ADIN 1221/600), o trabalho em sala de aula, para configurar o efetivo exercício do magistério, descaben-

do quaisquer outras ampliações analógicas.

33 - E o dispositivo atacado incorre neste erro, ou seja, interpreta que qualquer atividade exercida por um homem, durante 430 dias (redutor 0,83) ou por mulher, durante 440 dias (redutor 0,85) é equivalente a 365 dias de efetivo exercício de magistério.

34 - Elimina, assim, por via transversa, a limitação constitucional, e também a justificativa para a própria aposentadoria especial com tempo reduzido para professor.

35 - Este motivo pelo qual deve ser vetado o dispositivo comentado."

Sobre o questionado parágrafo único do art. 6º, asseverou a Procuradoria Geral do Estado:

..."37 - O vício da inconstitucionalidade também atinge este dispositivo, pelo que ele deve ser, também, integralmente vetado.

38 - A análise acima, quanto ao fato de não ser possível converter tempo comum em tempo de efetivo exercício do magistério, para efeitos de aposentadoria especial, aplica-se aqui na sua integralidade.

39 - Enquanto no parágrafo único do art. 1º, acima comentado, eram dados os multiplicadores que de fato reduziam o tempo de serviço comum em tempo para aposentadoria como professor, aqui existe apenas a norma, mas cuja aplicação resultaria nas mesmas consequências antes apontadas.

40 - Ou seja, permanecendo este dispositivo, qualquer atividade poderia ser convertida em efetivo exercício do magistério, através de um artifício matemático, que não encontra base jurídica de sustentação, pela criação de um fictício "magistério", em virtude do transcurso do tempo."

Por outro lado, o art. 9º, do presente projeto de lei, mereceu da Procuradoria Geral do Estado as seguintes observações:

..."42 - Trata-se de dispositivo que está a merecer veto total, pelas razões a seguir elencadas.

43 - O artigo 2º, da Lei Complementar nº 07/76, dispõe: "Para efeitos desta lei, entende-se:

I - por pessoal de Magistério, o conjunto de professores e especialistas de educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais órgãos da educação, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena,

acompanha, controla, avalia e/ou orienta a educação sistemática, assim como os que colaboram diretamente nessas funções, sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto;

II - por professor, genericamente, todo ocupante de cargos de docência;

III - por atividades do Magistério, aquelas inerentes à educação, nelas incluídas a direção, o ensino e a pesquisa."

44 - Este é, exatamente, o teor do art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 07/76, remetido pelo projeto de lei ora em análise.

45 - O assunto, cujos contornos se pretende traçar, reside, basicamente, na interpretação que se dê à expressão "efetivo exercício das funções do magistério", tarefa já desempenhada pelo Supremo Tribunal Federal, e conhecida de todos.

46 - A Suprema Corte, no uso de suas atribuições constitucionais previstas no artigo 102 da Constituição Federal, através de decisões em ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, objetivando a declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais atinentes ao magistério, forneceu os precisos contornos da expressão contida no artigo 40, III, letra "b".

47 - Oportuna a transcrição da ementa do acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1221/600, requerente o Governador do Estado de Santa Catarina, requerido à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, tendo como Relator o Ministro Paulo Brossard:

"Constitucional. Aposentadoria facultativa especial.

Professores. Aposentação com vencimentos integrais de professores aos 30 anos e de professoras aos 25, limitado ao efetivo exercício das funções do magistério.

Ementa nº 18/1981 e Constituição art. 40, III, "b". Seu caráter excepcional e conseqüente interpretação estrita. Descabimento das ampliações analógicas por parte dos Estados. Precedentes do STF. Ação julgada procedente.

Inconstitucionalidade do § 4º do inciso III, do art. 30 da Constituição de Santa Catarina".

48 - E, no relatório, especifica que: "Sustenta que a Constituição Federal que, neste aspecto, não inovou em relação à Carta revogada, tratou os servidores que exercem funções do magistério, de forma diferenciada, reduzindo-lhe tempo de ser-

viço necessário à aposentadoria. Porém, as funções administrativas exercidas pelos especialistas em assuntos educacionais não se confundem com as de professor e nem podem ser qualificadas como funções de magistério e, em consequência, não poderiam os mesmos ser contemplados pela aposentadoria especial". (g.n)

49 - Conclui, remetendo ao parecer do Procurador Geral de República, afirmando:

"... a Constituição Federal ao permitir aposentadoria especial aos professores, com tempo de serviço inferior ao exigido para os demais funcionários, desde que se encontrassem no efetivo exercício do magistério, objetivou apenas aquele que ministra aula. Concedeu aposentadoria especial apenas ao professor ou professora no efetivo exercício do magistério, ou seja, ao ocupante de cargo de provimento efetivo de professor, e que esteja ministrando aulas".

50 - Por ocasião do mesmo julgamento o Ministro Carlos Velloso reafirma o entendimento acima transcrito e acrescenta que:

"o benefício inscrito no art. 40, III, letra "b", da Constituição - aposentadoria aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais - é para o professor no efetivo exercício do magistério, vale dizer, o professor localizado na sala de aula, atividade realmente desgastante. ... o magistério de primeiro e segundo grau é cansativo, é desgastante: o professor deve preparar as suas aulas, tem turmas muito grandes, tem que cuidar da disciplina em sala, os estudantes são adolescentes, deve corrigir centenas de provas, enfim, o trabalho é intenso. Subjacente à norma, encontra-se a circunstância fática que lhe serve de embasamento, que; e a sua razão... Assim, não seria razoável estender o benefício excepcional ao professor que não está no efetivo exercício do magistério, que não está dando aula, que não está na sala de aula."

51 - Idêntico posicionamento foi expendido no Recurso Extraordinário nº 131736-1, do Estado do São Paulo, publicado no Diário da Justiça da União de 01.10.93, p.20216, em cuja ementa e razões de voto, socorre-se das decisões acima transcritas, acrescentando:

"...consequente inadmissibilidade do cômputo para a aposentadoria especial do tempo em que o professor estava afastado do magistério para exercer função de secretário de estabelecimento de ensino médio: RE não conhecido".

52 - Observa-se que o posicionamento do Supremo Tribunal Federal não deixa dúvidas quanto à interpretação restritiva à exceção da concessão da aposentadoria àqueles professores aos 25 ou 30 anos de serviço, se homem ou mulher, desde que no "efetivo exercício das funções do magistério", ou seja, em sala de aula.

53 - Posição idêntica foi a adotada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 152-3, do Estado de Minas Gerais, cujos fundamentos foram os mesmos expendidos na Ação Direta de Inconstitucionalidade acima transcrita.

54 - Coube, nestes casos, ao Supremo Tribunal Federal fixar a interpretação da norma constitucional, pois a ele se confia a "missão supletiva das deficiências do legislador que não se verifica, apenas, quando existem lacunas reais na lei, decorrentes de omissão proposital, fundadas quase sempre em razões de ordem política." (In: Arnaldo Vasconcelos, Teoria Geral do Direito - Teoria da Norma Jurídica, 3. ed. São Paulo, Malheiros, 1993, p.188 e 189).

55 - A par disso, no exercício de sua competência constitucional, a Suprema Corte procedeu à interpretação de norma constitucional que vincula a aplicação de leis infra-constitucionais e a expedição de atos normativos e administrativos. Vale dizer, uma vez emitido juízo pelo Supremo Tribunal Federal - a quem compete a tarefa de verificação da validade das normas infra-constitucionais ao Texto Constitucional por força do princípio da rigidez constitucional e do princípio federativo - as unidades federadas têm definido os critérios de edição de leis e atos infra-constitucionais e a ela devem se submeter. Quer-se com isto dizer que são inconstitucionais as leis, atos normativos ou administrativos que venham a ser emitidos em desconformidade com a interpretação dada pela Corte Suprema quanto do exame de uma norma constitucional.

56 - Subsumindo-se tais fundamentos à situação em apreço é forçoso concluir que somente têm o benefício da aposentadoria especial os professores que desempenharam atividades em sala de aula.

57 - Logo, não podem ser por tal interpretação abrangidos aqueles que desempenham função fora da sala de aula e isto é exatamente o que pretende o art. 9º, do projeto de lei em análise.

58 - A perdurar os mencionados artigos, a lei que vier a se originar do presente projeto, será, desde logo, inconsti-

tucional, e novas consequências, semelhantes às atuais (aposentadorias paralisadas e novos questionamentos, pedidos de registro negados, etc), irão ser deflagradas."

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 031/95

P A R E C E R :

A presente proposição tem por finalidade vetar parcialmente o Projeto de Lei n° 251/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 051/95, que objetiva estabelecer o disciplinamento legal para aposentadoria em que somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, conforme específica.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetou, parcialmente, o Projeto de Lei n° 251/95, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos que específica.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice constitucional, legal ou regimental que impeça a normal tramitação da matéria neste Poder encontrando a mesma em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 032/95, veto parcial ao Projeto de Lei n° 324/95, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a adoção da tabela única e reajusta, conforme específica. A partir de 1° de agosto de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e serventuários do Poder Judiciário e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CIL/SEEG N° 177/95

Curitiba, 06.09.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 154/95, dessa Presidência, e

de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 324/95, por julgar as partes vetadas conflitantes com o texto do próprio autógrafo e, portanto, contrárias ao interesse público, conforme razões adiante expostas.

Dispõe o projeto de lei em causa sobre reajuste, a partir de 1° de agosto de 1995, dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores do Poder Judiciário, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso I, do art. 2° e sobre o Anexo I dele decorrente.

O referido inciso e o anexo dele resultante não puderam merecer acolhimento porque são totalmente desnecessários, eis que os cargos em comissão, assim como as funções gratificadas a quem fazem referência, estão abrangidos pelo art. 1° do autógrafo, onde, aliás, encontram-se expressamente citados. Portanto, o veto parcial ora apostado faz-se necessário a fim de evitar-se norma repetitiva e passível de interpretações que possam implicar em dificuldades na execução da medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 032/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo vetar parcialmente o Projeto de Lei n° 324/95 de autoria do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a adoção da tabela única e reajusta, conforme específica, a partir de 1° de agosto de 1995 os vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder Judiciário e adota outras providências.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator.

Srs. Deputados que forem favoráveis a manutenção dos Vetos deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão SIM; os contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar usando para a votação as cédulas que contenham a expressão NÃO.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com conseqüente aprovação do Projeto serão necessários 28 votos NÃO, conforme previsão do parágrafo 4º do Artigo 71. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, do que trata do Veto ao Projeto que fala da questão dos professores.

Gostaria de fazer o encaminhamento do item 1, porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores tem o seguinte entendimento: que a contagem integral para o exercício do Magistério e nós temos historicamente a seguinte situação no Estado do Paraná: O professor, faz o concurso para o Magistério, permanece ali em torno de 20, 25 anos trabalhando naquela atividade, e por um problema de saúde, problema de stress ou por conta do processo administrativo que não encontra na escola uma pessoa capaz de ocupar determinadas funções, muitas vezes é alocado para ser bibliotecário, e enquanto bibliotecário, por exemplo, continua a sua atividade pedagógica porque orienta o aluno a fazer a pesquisa, qual é o livro, comprar o livro para a escola numa atividade essencialmente pedagógica, não é uma atividade meramente administrativa, operacionalizadoras; tem um contato permanente com o aluno numa ação pedagógica, assim como acontece com muitos professores no Estado do Paraná que estão lotados em Secretarias de Escolas, em Supervisão, em orientação com funções pedagógicas pela falta de funcionários, pela falta de concurso para suprir os funcionários, por um problema de ordem e isso acontece muitas vezes nas escolas, professores que estão com 55 anos de idade, ele já não tem mais condições de compatibilidade de gerações de estar numa sala de aula de 5ª série.

Então, para o bem da comunidade, para o bem da escola ele passa a ser lotado numa função que não é de professor, mas é uma função pedagógica, é uma função como qualquer outra e o desgaste quem sabe até maior. Eu tiro o exemplo do bibliotecário que é muito corrente no Estado do Paraná.

Para isso o projeto colocado aí de substitutivo desta Casa, objetiva contar integralmente o período em que ele estiver na sala de aula e também nas atividades afins às atividades pedagógicas.

Por isso nos fizemos o encaminhamento no sentido de que nós devamos derrubar o veto para o bem da comunidade, para o bem dos professores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) -
- Proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 52 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Pela manutenção do veto votaram 34, pela rejeição do veto 15, em branco 3. Estão rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 029/96

I - exonerar, a pedido, NÉRIO LAUREANO DIAS, do Cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 1996;

II - prover, MAURO NASCIMENTO RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 1996;

III - autorizar MAURO NASCIMENTO RIBAS, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 030/96

I - exonerar, a pedido, ALLAN OTHON HERBERT, do Cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, JOÃO MARCELO SEEGRUELLER URBAN, do Cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 1996;

III - prover, JOÃO MARCELO SEEGRUELLER

URBAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 4.^a Secretaria deste Poder, a partir de 1.^o de março de 1996;

IV - prover, ALLAN OTHON HERBERT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4.^a Secretaria deste Poder, a partir de 1.^o de março de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 031/96

I - exonerar, a pedido, SILVIA FRANCO DE PODESTA, do Cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, REINALDO ALVES RAMALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1.^o de março de 1996;

III - autorizar REINALDO ALVES RAMALHO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1.^o de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n.^o 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 032/96

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, AGNALDO PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1.^o de março de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 033/96

I - exonerar, a pedido, ARISTIDES MOS-SAMBANI, do Cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, FRANCISCO CARLOS MARAVIESKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1.^o de março de 1996.

(Prot. n.^o 1061)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 034/96

I - exonerar, a pedido, ANTONIO FREITAS DE MEDEIROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, TERCIO ALVES ALBUQUERQUE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1.^o de março de 1996;

III - autorizar TERCIO ALVES ALBUQUERQUE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1.^o de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n.^o 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.^o 1193).

ATO DE COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 035/96

I - exonerar, a pedido EDSON PEDRO CAMARGO ALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, ANA CRISTINA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1.^o de março de 1996;

(Prot. n.^o 1442).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.03.96

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 036/96

I - exonerar, a pedido, GERVESON TRAMONTIN SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - Exonerar, a pedido IDENILZA DE FÁTIMA BORGES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1.^o de março de 1996;

III - prover, GERVESON TRAMONTIN SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1.^o de março de 1996;

IV - autorizar, GERVESON TRAMONTIN SILVEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1.^o de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n.^o 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, LUIZ FERNANDO ESTECHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1.^o de março de 1996.

(Prot. n.^{os} 1556, 1579 e 1580).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.^o 037/96

I - exonerar, a pedido MARCOS ANTONIO DA SILVA, do Cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1.^o de março de 1996;

II - prover, VIVIANE KARINA TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1.^o de março de 1996.

(Prot. n° 1583).
Palácio "XIX de Dezembro", em 06.03.96

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 038/96

prover, MARIA REGINA SIMÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, da Administração deste Poder, a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1598)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 039/96

I - exonerar, a pedido, DELIR OLIVO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de março de 1996;

II - prover, PAULO HENRIQUE MANOEL MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1617)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 040/96

I - exonerar, a pedido, CLAUDEMIR JORGE WEBER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de março de 1996;

II - prover, CLAUDEMIR JORGE WEBER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de março de 1996;

III - prover, ROSALI WOCHÉ PERUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de março de 1996;

IV - exonerar, a pedido, SANDRA CRISTINA E SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de março de 1996;

V - prover, VALDOMIRO ANTÔNIO GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de março de 1996.

(Prots. n°s 1623 e 1624)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 041/96

I - exonerar, a pedido, MARICELIS CRISTHINA FECCHIO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1° de março de 1996;

II - prover, ANTÔNIO FECCHIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1° de março de 1996;

III - autorizar ANTÔNIO FECCHIO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de

16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 1639)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 042/96

I - exonerar, a pedido, ZÉLIA DE OLIVEIRA PASSOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do P.T., a partir de 1° de março de 1996;

II - prover, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do P.T., a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1666)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 043/96

I - exonerar, a pedido, LUCIANE ÁUREA DE ASSIS COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de março de 1996;

II - prover, ELY DAMASCENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1708)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 044/96

I - exonerar, a pedido, CÉSAR AUGUSTO CUBIS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, ALESSANDRO CONFORTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de março de 1996;

III - prover, ALESSANDRO CONFORTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1770)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 045/96

I - exonerar, a pedido, ALEXANDRE MATIAS GARDOLINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1° de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, TATIANA ANDRESSA DUMONT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1° de março de 1996;

III - prover, TATIANA ANDRESSA DUMONT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1° de março de 1996.

(Prot. n° 1781)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 046/96

I - exonerar, a pedido, RITA DE CÁSSIA PALADINO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de março de 1996;

II - prover, VERÔNICA DURAU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de março de 1996;

III - autorizar VERÔNICA DURAU, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1800)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 047/96

I - exonerar, a pedido, MARIA MARGARETE RIBAS NALOVALKE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, FÁBIO ACHCAR MALHEIROS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

III - exonerar, a pedido, ESMAEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de março de 1996;

IV - prover, MARIA MARGARETE RIBAS NALOVALKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de março de 1996;

V - prover, ESMAEL DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996

(Prot. nº 1801)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 048/96

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES CAMPOS CANGUSSU, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, NELMA REGINA CANGUSSU, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1996;

III - prover NELMA REGINA CANGUSSU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1996.

(Prot. nº 1804).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/96

I - exonerar, a pedido, JÚLIO CÉSAR VON DER OSTEN, do cargo em Comissão, sím-

bolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1996;

II - prover, MARCOS HENRIQUE MENDES VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1996.

(Prot. nº 1854).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.03.96.

ATO DE COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/96

I - exonerar, a pedido, AMAURI DE LIMA, do Cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de março de 1996;

II - prover, LUIZ ARI TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de março de 1996.

(Prot. 2011).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/96

I - exonerar, a pedido, HELEN DE LIMA PASSOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

II - exonerar, a pedido, DANIELLE PATRÍCIA RIBAS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de março de 1996;

III - prover, DANIELLE PATRÍCIA RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de março de 1996;

IV - prover, HELEN DE LIMA PASSOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de março de 1996;

V - exonerar, a pedido, ESMAEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

VI - prover, ESMAEL DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

VII - exonerar, a pedido, IVO FERREIRA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

VIII - exonerar, a pedido, INGEBORD REGINA DIESEL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

IX - exonerar, a pedido, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

X - prover, MARIA BARBOSA MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

XI - prover, JÚLIO CÉSAR SILVA LINO,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

XII - prover, FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

XIII - prover, GILVA MARIA SILVESTRE DE MATOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

XIV - prover, ALESSANDRO HYCZY LISBOA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996;

XV - prover, LUCIANO ROGÉRIO SILVI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1996.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 052/96

prover, MÔNICA RUGILO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 28 de março de 1996.

(Prot. n° 2573)

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.03.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 053/96

conceder aposentadoria, a pedido, a FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n° 120, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o Art. 140, inciso I, da Lei n° 6174/70 e Art. 11 da Resolução n° 52/89, de 21 de dezembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; verba de representação, conforme o disposto no Art. 3º da Lei n° 8198, de 17 de dezembro de 1985; e, de acordo com o inciso IX do Art. 37 da Lei Complementar n° 40, de 14 de dezembro de 1981, trinta e cinco (35%) por cento referente a sete (07) adicionais, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV, do Art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 08, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. n° 816)

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.04.96.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

RESOLVE:

PORTARIA N° 23/96

mandar contar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço Público de MARIA ELIZA PACHECO DA SILVEIRA, matrícula n° 40.071, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" nos termos do art. 35, parágrafo 2º da Constituição Estadual, o tempo de cinco (05) anos, nove (09) meses e quinze (15) dias de serviços prestados com cargo em comissão nos gabinetes dos Deputados DÁCIO LEONEL DE QUADROS e ALCEU SWAROWSKI, conforme Certidão anexa.

(Prot. n° 12930/95)

PORTARIA N° 24/96

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço Público de MARIA ELIZA PACHECO DA SILVEIRA, matrícula n° 40.071, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 05 de outubro de 1989 e 05 de outubro de 1994.

(Prot. n° 12930)

PORTARIA N° 25/96

mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, em favor de MARIA ELIZA PACHECO DA SILVEIRA, matrícula n° 40.071, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" nos termos do art. 35, parágrafo 5º da Constituição Estadual, o tempo de treze (13) anos, nove (09) meses e quinze (15) dias referentes à soma de dez (10) anos, (06) seis meses e quatorze (14) dias de serviços prestados a Prefeitura de Lupionópolis, PR., conforme Justificação Judicial e de três (03) anos, três (03) meses e quatro (04) dias de serviços prestados à atividade privada conforme Certidão do INSS, em anexo, já descontado o tempo de um (01) mês e vinte e oito (28) dias de tempo paralelo.

(Prot. n° 12930/95)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.03.96.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral